



ACORDO E RENÚNCIA DE CANDIDATOS DE 2002 VIABILIZAM NOVA ELEIÇÃO PARA CONSELHOS

Regulamento da eleição está disponível para sugestões e críticas no site da Centrus e será apreciado pelo Conselho Deliberativo na reunião de julho

Depois de cinco anos de questionamentos judiciais, a Centrus se prepara para iniciar o processo eleitoral com vistas à renovação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação. O primeiro passo foi dado com o acordo firmado entre a Centrus e a Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central (AAFBC), que desistiram oficialmente de todos os processos judiciais relativos às eleições de 2002 e à operacionalização do Plano de Contribuição Definida (PCD). E, no último dia 6 de julho, todos os candidatos daquela eleição concordaram em renunciar à disputa, que ficou sem candidatos.

O acordo entre a Centrus, a AAFBC e o próprio Banco Central, que é parte nos processos judiciais, foi protocolado no dia 2 de julho na 7ª Vara Federal do Distrito Federal. A desistência dos processos, quando homologada, permitirá não apenas a retomada do processo eleitoral, mas também a implantação efetiva do PCD, aprovado pelo

patrocinador Banco Central e pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), para abrigar as contribuições mantidas na Fundação pelo pessoal do Regime Jurídico Único.

Em reunião na sede da Centrus, com a presença do diretor-presidente da Centrus, Helio Brasileiro, do presidente da AAFBC, João Bosco Gomes, do presidente da Fenabacen, Cid Jorge Hauí, e do presidente nacional do Sinal, David Falcão, os candidatos a cargos na eleição de 2002 assinaram a renúncia formal. Este ato abre caminho para o início de novo processo eleitoral, já de acordo com os critérios estabelecidos no Estatuto da Fundação.

“Estamos chegando a um final feliz para todos. Era uma situação que trazia prejuízo tanto para a Centrus quanto para os associados, porque não podíamos renovar os Conselhos Deliberativo e Fiscal nem garantir a representação dos participantes, que, por lei, deve ser paritária com a representação do patrocinador”, analisou Helio Brasileiro.

O diretor-presidente da Centrus informou que a minuta do regulamento das novas eleições deverá ser apreciada pelo Conselho Deliberativo na reunião do dia 27 de julho. O texto está disponível no site da Fundação para receber sugestões e críticas. “Queremos fazer um processo o mais transparente possível, com a participação de todos”.



Da esquerda para a direita: David Falcão (Sinal), Cid Jorge Hauí (Fenabacen), João Bosco Gomes (AAFBC), José Carlos da Costa, Edilson Rodrigues de Sousa, Helio Brasileiro (Centrus), Walter Gomes de Oliveira, Abraão Patrúni Júnior, Fernando de Oliveira Ribeiro e Franz Gomes Breitschaft

Análise

David Falcão (*Sinal*)

Há um consenso em construção e estamos no caminho certo para ver uma Centrus forte, revigorada e a serviço de todos. Existe uma ameaça no horizonte, o Fundão que o Governo Federal pretende lançar. A opção Centrus é realmente a que nos interessa.



João Bosco (*AAFBC*)

Prevaleceu o bom-senso. Aquilo que a gente tinha proposto dentro do acordo, está se concretizando e estamos próximos de um final feliz. Isto aqui foi o resultado de um entendimento que pôs fim a um imbróglgio que não tinha sentido.

Cid Jorge (*Fenabacen*)

Entendimento é sempre o melhor caminho. Alguém tem que abrir mão de parte dos interesses para beneficiar o todo. Contempla os dois segmentos, RJU e celetistas, que não se separaram porque quiseram, mas porque foram obrigados.



Helio Brasileiro (*Centrus*)

Queremos facilitar ao máximo a participação de todos no processo eleitoral. Para isso, estamos propondo que a votação dos assistidos possa ser feita por carta ou pela Internet, além do processo tradicional, com urnas espalhadas pelo País.

ALTERAÇÃO NO ESTATUTO PERMITIU ACORDO

Renovação garantirá paridade na representação dos Conselhos

O acordo entre a Centrus e a AAFBC, que vai permitir a realização de novo processo eleitoral para a recomposição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, foi possível graças a alterações no Estatuto da Fundação. Aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em abril, o novo texto do Estatuto define que os Conselhos terão representantes eleitos tanto pelos participantes quanto pelos assistidos.

O Conselho Deliberativo, segundo o atual texto, será composto por

seis membros, sendo três designados pelo patrocinador Banco Central, um eleito pelos participantes e dois pelos assistidos. Já o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, terá dois representantes designados pelo patrocinador, um eleito pelos participantes e um pelos assistidos.

Com a interrupção da eleição de 2002, que impediu a renovação dos indicados pelos participantes e assistidos, o Conselho Deliberativo tem apenas cinco membros, quando deveria ter seis, sendo que dois conselheiros já completaram seus man-

dados de quatro anos e não puderam ser substituídos. O Conselho Fiscal, que deveria ter quatro membros, está com três, sendo que um dos conselheiros também já cumpriu mandato e não pôde ser substituído.

“As regras são outras. Não fazia sentido manter as candidaturas de 2002”, destacou Cid Jorge Hauí, presidente da Fenabacen. “A renúncia não impede que aqueles que foram candidatos em 2002 possam novamente disputar a eleição, sem privilégio nem prejuízo”, lembrou João Bosco Gomes, presidente da AAFBC.

Expediente

Este informativo é uma publicação da Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus. Distribuição gratuita.

Endereço: Edifício Corporate Financial Center SCN - Q. 02 - Bloco A - 8º e 9º andares - CEP 70712-900 - Brasília - DF
 Contatos: fone (061) 2192-1414 e 0800 7040494
 e-mail: jornalcentrus@centrus.org.br
 Home page: www.centrus.org.br

■ **Conselho Deliberativo:**

Presidente: Altamir Lopes
 Membros: Dimas Luis Rodrigues da Costa, José Antônio Marciano, José Carlos da Costa e Vicente Falkoski
 Secretário-Executivo: Wagner de Lima Oliveira

■ **Conselho Fiscal**

Presidente: Mateus Areal
 Membros: Cornélio Farias Pimentel e Leopoldo Pinto Monteiro

■ **Diretoria-Executiva:**

Diretor-Presidente: Helio Cesar Brasileiro
 Diretores: Antonio Francisco Bernardes de Assis, Daso Maranhão Coimbra e Eduardo de Lima Rocha.



Realização:

CDN - Companhia de Notícias

Redação e Edição:

Cláudio Tourinho e Sócrates Arantes

Design Gráfico:

Artecontexto

Fotos:

Reinaldo Cavalcante
 Jornalista responsável:

Inácio Muzzi (MG 02131-JP)

PROPOSTA NOVA REVISÃO DOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

Estudo foi concluído e deverá ser analisado ainda em julho

A Diretoria-Executiva e o Conselho Deliberativo da Centrus vão analisar o estudo elaborado por um grupo de trabalho composto por representantes da Fundação, do Sinal, da Fenabacen e do conjunto de mutuários denominado GT-Centrus, que prevê a revisão dos contratos de financiamento imobiliário. Ao contrário da alternativa atual, que avalia os contratos pela média, a nova proposta leva em consideração a situação individual. “O modelo prevê variáveis que resultam em descontos

melhores do que os do programa atual”, explicou o gerente de Operações com Participantes da Fundação, Jerônimo Campos, que coordenou o grupo de trabalho.

O estudo foi entregue dia 6 de julho ao diretor-presidente da Centrus, Helio Brasileiro, e para o diretor de Benefícios, Antonio Francisco de Assis, que elogiaram o trabalho realizado e o modelo proposto. “Quando os contratos apresentam desequilíbrio, é dever da instituição procurar uma solução”, disse Helio Brasileiro,

que pretende levar a proposta para apreciação do Conselho Deliberativo já na reunião de 27 de julho. “O resultado das atividades do grupo será muito útil para a tomada de decisão pelas instâncias colegiadas da Fundação”, acrescentou Antonio Francisco.

Maria Juliana Zeilmann Fabris, representante do Sinal, disse que o grupo se preocupou com a situação dos mutuários, mas foi sensível às dificuldades de ordem legal. “Apresentamos recomendações prevendo as limitações da Centrus, para que se adote a proposta possível”.

Edílson Rodrigues de Sousa, também do Sinal, destacou a disposição da Diretoria da Centrus para rever os contratos. “Estamos vivendo um novo momento, um novo padrão de relacionamento com a Diretoria da Fundação”.

Carlos Waldyr Chagas de Araújo, do GT-Centrus, também elogiou a maneira aberta como os trabalhos foram conduzidos. “É um trabalho de resgate da imagem da Centrus”, disse.

José Perez Puente, da Fenabacen, explicou que o objetivo é trazer os contratos para o equilíbrio e que os estudos refletem as discussões ocorridas durante as reuniões.



Grupo formado por representantes da Fundação, do Sinal, da Fenabacen e do conjunto de mutuários apresentou o novo modelo de revisão

PROGRAMA ATUAL ATINGIU 22% DOS CONTRATOS

O programa de revisão dos contratos da carteira de financiamentos imobiliários que está em vigor reduziu em 22% os contratos existentes, desde março de 2005. Foram 709 contratos novados ou liquidados, o que proporcionou efeitos financeiros de aproximadamente R\$ 51 milhões. Segundo Jerônimo Campos, na hipótese de aprovação do modelo proposto, os 274 contratos novados que permanecem ativos também terão a possibilidade de se beneficiar do novo

programa. “Poderá haver um bônus adicional, caso façam jus a ele”.

Jerônimo acredita que a maior parte dos mutuários se sentirá atraída pelo novo modelo. “Como o programa atual é pela média dos contratos, ele acaba sendo bom para uns e ruim para outros. Nossa proposta prevê, no mínimo, o que já foi oferecido. Se for aprovada a alternativa mais conservadora, pelo menos 50% dos mutuários terão descontos maiores que os oferecidos pelo modelo em vigor”.

SPC AVALIA SOLUÇÃO PARA DÍVIDA DO BC COM A CENTRUS

A Centrus e o Banco Central protocolaram na Secretaria de Previdência Complementar (SPC), no dia 27 de junho, consulta conjunta sobre o encaminhamento a ser dado às obrigações originadas no convênio firmado entre as duas entidades em 1998, relativas aos benefícios conhecidos como Voto 377 e Previ. Desde o final do ano passado, os dois lados negociam uma solução para a dívida do BC com a Centrus, cujo montante era de R\$ 680 milhões em 30 de junho de 2007.

“Estamos com uma boa expectativa de que a SPC possa nos dar uma

orientação para a solução definitiva desta matéria”, disse o diretor de Benefícios da Centrus, Antonio Francisco de Assis. Ao mesmo tempo, a Centrus formalizou na SPC consulta complementar que também diz respeito ao patrocinador e aos assistidos, e, portanto, deverá ser analisada juntamente com a primeira, no entender da Fundação.

A solicitação está relacionada com modificações propostas pela Centrus que alteram hipóteses atuariais e tratam de benefícios, como a redução das contribuições, o aumento das pensões e a criação do benefício pre-

videnciário não programado.

“Nosso objetivo é resolver todas estas questões ao mesmo tempo, de forma a abranger tanto os interesses dos assistidos quanto os do patrocinador”, destacou o diretor.

O resultado das reuniões realizadas entre a Centrus e o Banco Central para buscar o equacionamento das referidas obrigações foi repassado aos representantes dos assistidos no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre, em reuniões de participantes e assistidos com o diretor presidente da Fundação, Helio Brasileiro. “Os participantes, como parte diretamente interessada neste assunto, merecem toda transparência possível sobre a evolução do processo de negociação com o patrocinador”, explicou Antonio Francisco.

BALANCETE GERENCIAL – COMPARATIVO MENSAL

Valores em R\$ Mil

Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus

A T I V O

DISCRIMINAÇÃO	31/05/2007	30/06/2007	VAR.
DISPONÍVEL	235	362	54,04%
REALIZÁVEL	8.908.985	9.104.614	2,20%
- Contribuições Conveniadas com o Patrocinador	675.183	680.233	0,75%
- Notas do Tesouro Nacional	2.028.703	2.318.399	14,28%
- Letras Financeiras do Tesouro	1.257.301	1.213.584	-3,48%
- Fundo de Investimento Financeiro	101.965	258.242	153,27%
- Operações Compromissadas	-	547.220	-
- Ações	4.134.222	3.376.360	-18,33%
- Quotas de Fundos de Ações	38.809	38.829	0,05%
- Imóveis	361.190	359.581	-0,45%
- Empréstimos	30.195	30.081	-0,38%
- Financiamentos	254.873	253.965	-0,36%
- Outros	26.544	28.120	5,94%
PERMANENTE	3.899	3.852	-1,21%
TOTAL DO ATIVO	8.913.119	9.108.828	2,20%

P A S S I V O

DISCRIMINAÇÃO	31/05/2007	30/06/2007	VAR.
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.941.355	1.966.229	1,28%
- Contribuição Patronal a Devolver	1.741.211	1.753.169	0,69%
- Contribuição Pessoal a Devolver	183.452	187.813	2,38%
- Outras Exigibilidades	16.692	25.247	51,25%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	403.438	405.278	0,46%
- Contingência	403.438	405.278	0,46%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.559.500	2.561.758	0,09%
- Benefícios Concedidos	2.467.066	2.468.586	0,06%
- Benefícios a Conceder	92.434	93.172	0,80%
RESULTADOS REALIZADOS	3.387.589	3.534.659	4,34%
- SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	3.387.589	3.534.659	4,34%
- Reserva de Contingência	639.875	640.439	0,09%
- Reserva para Revisão de Planos	2.747.714	2.894.220	5,33%
FUNDOS	621.237	640.904	3,17%
- Fundo Cobertura Anti-Seleção de Riscos	294.704	297.056	0,80%
- Fundo Administrativo Previdencial	322.430	339.755	5,37%
- Fundo de Reserva de Garantia	2.851	2.841	-0,35%
- Fundo Cobertura Resíduo Saldo Devedor	1.252	1.252	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	8.913.119	9.108.828	2,20%